
O PENSAMENTO HISTÓRICO BRASILEIRO: RELAÇÕES COM VERTENTES EUROPÉIAS E AMERICANAS; TENDÊNCIAS TEMÁTICAS E TEÓRICAS RECENTES¹

Silvia Regina Ferraz Petersen/UFRGS*

RESUMO: O artigo propõe uma análise do pensamento histórico brasileiro nos anos recentes, considerando as seguintes questões básicas: o alargamento do campo temático, as reflexões teóricas mais visíveis e a utilização de novas fontes. Também examina outras questões que caracterizam a produção historiográfica das últimas décadas, como a história regional, as relações contraditórias com a América Latina e as influências norte-americanas e européias. Do ponto de vista de sua produção e circulação, tratará, respectivamente, da importância dos cursos de pós-graduação e das associações profissionais de historiadores. O texto conclui levantando possíveis perspectivas para a historiografia brasileira e uma bibliografia de referência sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia brasileira recente – Teorias e temas da historiografia brasileira – Brazilianistas.

Introdução

Em 1974, ao avaliar criticamente a produção historiográfica brasileira dos quarenta anos anteriores, Carlos Guilherme Mota, um dos distinguidos historiadores brasileiros contemporâneos, concluiu que se trata de “uma tarefa sujeita a muitas dificuldades, senão equívocos e até mesmo falhas de interpretação”.²

Hoje suas palavras continuam válidas para quem se proponha qualquer estudo mais abrangente sobre o tema e portanto, quero aplicá-las ao trabalho que vou apresentar, também não isento “de dificuldades, senão de equívocos e até mesmo falhas de interpretação”.

Uma exposição como esta, dirigida originalmente a um público não-brasileiro, tem de ser precedida por alguns esclarecimentos no sentido de eliminar o mais possível falsas impressões.

Assim, devo dizer que o trabalho recolhe tanto resultados de minha experiência de docência e pesquisa na Universidade, como se alicerça em uma ampla bibliografia (anexa) voltada à análise de diferentes aspectos da historiografia brasileira e de suas relações com outras vertentes historiográficas, européias e norte-americanas principalmente. Parto de um conceito alargado de historiografia, que considera não apenas as questões da produção do conhecimento histórico, mas também sua disseminação social, onde se incluem as relações com a mídia, hoje indispensáveis tanto na esfera da produção como na divulgação/repercussão do conhecimento histórico. Também considero que, como diz Marcos Silva, “o fazer historiográfico está profundamente articulado ao universo social de sua elaboração (modalidades institucionais, relações políticas, formação e prática técnica e teórica, etc), donde ainda se justifique falar em historiografias nacionais”.³

Pelo limite de tempo próprio de uma mesa-redonda, tive que deixar de lado questões igualmente importantes, embora difíceis de serem sistematizadas nessa oportunidade. Pela mesma razão, talvez algumas questões estejam pouco aprofundadas em seus matizes, mas procurei evitar que esta circunstância produzisse distorções importantes.

Quanto ao recorte temporal, examinarei a historiografia brasileira nas últimas duas décadas. Há um certo consenso entre os historiadores que desde os anos 80, embora seja um

¹ Este texto reproduz, sem alterações, o que foi apresentado no Simpósio “Historiografia em América Latina” do X CONGRESO DE LA FEDERACIÓN INTERNACIONAL SOBRE AMERICA LATINA Y EL CARIBE. INSTITUTO DE LATINOAMÉRICA/ ACADEMIA DE CIENCIAS DE RUSIA. MOSCOU, 25 a 29 de junho de 2001.

* Professora do Departamento e PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: spetersen@orion.ufrgs.br

² *A historiografia brasileira nos últimos 40 anos: tentativa de avaliação crítica.* Conferência realizada no Primer Encuentro de Historiadores Latinoamericanos. México: UNAM, 1974.

³ SILVA, Marcos. Notícias do brasilianismo. Saudades da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História.* São Paulo: ANPUH (31-32): 78, 1996.

marco elástico, a historiografia vem revelando um nível diferente de complexidade teórica e temática em relação aos períodos precedentes, o que permite demarcar aí sua atualidade.

Considero que o conhecimento histórico produzido nessas últimas décadas é sensivelmente de melhor qualidade que o de décadas anteriores, provavelmente devido a

[...] uma produção contínua de pesquisas (em grande medida devido os cursos de Pós-Graduação), um grande leque de alternativas temáticas, de abordagens metodológicas e de opções técnicas, um posicionamento da comunidade nacional dos historiadores que, em linhas gerais, afasta-se dos vícios do elitismo, do empirismo rústico e do oficialismo que, infelizmente, em outras épocas nos atingiram.⁴

Mas não quero induzir os ouvintes ao erro de pensar que a parcela inovadora da historiografia é quantitativamente a mais numerosa: não saberia quantificar, mas quero deixar claro que uma outra porção da produção historiográfica segue ao largo destes temas e discussões ou os incorpora apenas superficialmente, sem que haja uma transformação substantiva na abordagem tradicional de caráter empírico/descritivo. Também devo esclarecer que vou me referir à historiografia acadêmica, deixando de lado aquela vasta produção, onde se encontram obras igualmente valiosas, que se desenvolve fora da academia.

Dentro deste marco, analisei algumas experiências recentes do pensamento historiográfico brasileiro, suas relações com vertentes historiográficas européias e latino-americanas, características e tendências na virada do século, temas que dividi em nove tópicos.

O alargamento do campo temático

Talvez em nenhuma fase anterior, a historiografia brasileira tenha ampliado tanto seu campo temático como desde a década de 80. Este alargamento, que é uma característica, aliás, da historiografia ocidental contemporânea nas suas melhores vertentes, tem uma série de matizes, alguns dos quais desejo ao menos enunciar:

a) Novos temas foram incorporados à ótica historiográfica: o imaginário, a sexualidade, a vida cotidiana, as questões de gênero, a cultura, a saúde a doença, etc. Para resumir, em geral ganharam destaque as questões que se referem ao sujeito e suas ações, o que não significa que a produção se restrinja a elas: também há uma extensa relação de temas da história política do período colonial, da monarquia e da república, a questão da democracia e da cidadania, lutas no campo e outros movimentos sociais, a história da cidade, etc. Entretanto, observo que qualquer tentativa de “inventário temático” seria perigosa por ser incompleta e pela inexistência de quantificações sistemáticas.

b) Ainda quanto ao elenco temático, quero observar um outro caso: o de velhos temas que são submetidos às novas abordagens que as atuais reflexões teórico-metodológicas proporcionam. Este é o caso, por exemplo, dos temas da proclamação da República, do escravismo e do ciclo dos descobrimentos e conquista européia. Para a retomada destes temas muito contribuiu a celebração de efemérides: assim, em 1988 celebrou-se o centenário da Abolição da Escravatura, em 1989, o da Proclamação da República, em 1992 o quinto centenário do descobrimento da América e em 2000 o do descobrimento do Brasil.

No que diz respeito à escravidão, estabeleceram-se importantes debates entre análises marxistas tradicionais e outras, que tratavam de “dar voz ao escravo”. A questão da resistência cotidiana como uma forma de enfrentamento à dominação senhorial, por exemplo, deu lugar a numerosos e importantes trabalhos. Também novos documentos foram instituídos em fontes, no caso, inventários, testamentos e processos judiciais, que permitiram outras leituras do tema.

Assim, João José Reis e Eduardo Silva observam que a imensa massa populacional negra que foi trazida para o Brasil não pode ser analisada apenas como força de trabalho, nem as formas básicas de relacionamento entre escravos e senhores podem ser reduzidos aos modelos de “submissão” e “revolta”. Um amplo campo de reflexão pode se desenvolver sobre certos padrões de relacionamento, de negociação, de criação ou preservação de espaços dentro do sistema de dominação desde os primeiros momentos da escravidão, em boa medida forçados pelos escravos. Uma sociedade com tal desproporção entre homens livres e escravos não poderia desfrutar de alguma estabilidade sem que ao lado da violência não houvesse poderosas correntes de negociação. No Brasil, os escravos mais negociaram do que lutaram contra o sistema. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia.⁵

⁴ FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. *Anos 90*. PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, (2): maio de 1994, p. 111.

⁵ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo:

Silvia Hunold Lara observa que há muitos anos a historiografia brasileira já produzia estudos contestando o paternalismo senhorial e a docilidade escrava como defendia Gilberto Freyre. Mas tais estudos valorizaram os atos explícitos de revolta, especialmente os quilombos, procurando mártires e heróis. Considera que estas análises

também realizaram a mesma operação de exclusão realizada pelos abolicionistas e seus herdeiros. Ao darem destaque às grandes revoltas, elas desconsideraram e mesmo depreciaram como 'não políticas' ou 'de acomodação' as múltiplas formas de resistência e de luta cotidiana dos escravos- e estes são então excluídos da condição de sujeitos de sua própria história, da história da escravidão no Brasil.⁶

No caso da República, a interpretação tradicional a explicava pela perda, por diferentes motivos, dos três pilares que sustentavam a monarquia: a Igreja, a oligarquia escravocrata cafeeira e o exército, sem que o regime monárquico conseguisse, por outro lado, ganhar a confiança de camadas emergentes como a burguesia cafeeira, a burguesia comercial e os assalariados. Uma outra interpretação clássica, de inspiração marxista, sem desprezar aquela leitura, percebia, no entanto, que o processo articulador da queda da monarquia foi a necessidade de integrar a produção cafeeira, principal produto de exportação brasileira, na grande engrenagem do capitalismo internacional e para tanto era necessário romper com os entraves que a monarquia trazia para este modo de produção. Por isso o regime monárquico foi perdendo suas bases sociais e acabou caindo diante da indiferença da população e de um movimento republicano fragilmente articulado.

Na conjuntura do centenário da Proclamação da República e por efeito da importância que adquirira o imaginário para a análise histórica, novas abordagens foram efetuadas sobre a questão republicana, recuperando lógicas não materiais, simbólicas, que tinham passado despercebidas à historiografia. A maneira como as pessoas dão sentido ao mundo, representam a realidade alcançou a história da proclamação da república, através de dois trabalhos de José Murilo de Carvalho, *Os bestializados* (São Paulo, Cia. das Letras, 1987) e *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil* (São Paulo, Cia das Letras, 1990). Neste último, o autor analisa a distância que se estabeleceu entre o mundo oficial do novo regime e a população do Rio de Janeiro, situação intolerável para os republicanos autênticos, pois uma república sem povo era a negação de tudo o que a propaganda prometera, a desmoralização do novo regime. Assim, os republicanos se esforçaram para reduzir esta distância, conquistar o apoio popular e este esforço se deu especialmente na criação de uma comunidade de sentido sobre a república, manipulando símbolos em geral extraídos da tradição revolucionária francesa e tentando criar os mitos fundadores e símbolos republicanos (heróis, hino, bandeira, etc.). O sucesso relativo desta mitologia dependeu da existência de uma identidade de imaginário na população do Rio de Janeiro da época.

No ano 2000, como resultado dos 500 anos do Descobrimento, realizaram-se muitos congressos locais e internacionais e inúmeros livros e artigos foram publicados, com temáticas tão variadas como o próprio questionamento da expressão "descobrimento do Brasil", outros destinados especificamente ao público infantil, como os livros de Janaina Amado e Luiz Carlos Figueiredo *A viagem de Vasco da Gama. Entre festas e agonias; A magia das especiarias e Medo e vitória nos mares* (São Paulo, Atual, 1999); e também números temáticos de revistas, como a Revista do PPG em História da PUCSP, cujo nº 20 teve o título *Sentidos da Comemoração*.

Fora do campo das "efemérides", mas também objeto de novas leituras, um exemplo é o tema do movimento operário. Centrado tradicionalmente no tripé das organizações formais, os sindicatos, partidos e greves, esta perspectiva cedeu lugar ou foi ampliada, em parte pela crítica a perspectiva estruturalista, às abordagens que, inspiradas em Thompson e Hobsbawm, mas não exclusivamente, passam a investigar os aspectos culturais, o espaço da experiência no fazer-se da classe, a recuperação dos sujeitos, suas práticas e representações, as resistências informais e cotidianas dos trabalhadores ao processo disciplinar da fábrica, do espaço urbano e da vida privada, necessário à realização da sociedade capitalista moderna. Para essas transformações, tem sido fundamental as investigações desenvolvidas na linha de pesquisa Trabalho, política e movimentos sociais, do PPG em História da UNICAMP, pelos historiadores Michael Hall, Edgar De Decca e Cláudio Batalha, entre outros.

O tema da mulher e da família tem sido objeto da atenção, entre outros, dos trabalhos de Eni Mesquita Samara, *Família brasileira* (São Paulo, Brasiliense, 1986) e de Margareth

Cia. das Letras, 1989.

⁶ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência. Escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro. 1795-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 18.

Rago, *Do cabaré ao lar* (São Paulo, Paz e Terra, 1985); o imaginário social colonial vem sendo trabalhado em diferentes registros por Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (São Paulo, Cia. das Letras, 1987; *Inferno Atlântico* (São Paulo, Cia das Letras, 1993) e Ronaldo Vainfas, esse último também um timoneiro nos estudos da sexualidade: *História da sexualidade no Brasil* (Rio de Janeiro, Graal, 1986); *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil* (Rio de Janeiro, Campos, 1989); (org.) *Confissões da Bahia. Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. (São Paulo, Cia das Letras, 1997) etc.

Sublinho a incompletude desses dados, já que muitas outras obras e tendências temáticas fundamentais foram deixadas de lado. Enfim, são apenas uns poucos exemplos. O que pretendi assinalar é como “velhos objetos” vêm nos últimos anos experimentando novas abordagens, que muito tem ampliado sua compreensão, ultrapassando tradicional visão macro-orientada, estrutural e descritiva e recuperando a ação dos sujeitos e seu universo simbólico.

c) Também se observa uma outra variante neste processo de atualização de velhos temas, que é o anacronismo, a transferência para o passado de modelos e categorias analíticas que foram forjadas em problemáticas atuais. Assim,

No centenário da Abolição da Escravatura foram publicados livros de revisão historiográfica do escravismo. Guiados pela legítima preocupação de dar conta das práticas informais que até hoje oprimem a população negra e mulata, alguns historiadores procuraram ressaltar a discriminação racial existente no Império e na República Velha. Ocorreu então o uso fora de lugar do conceito hodierno de racismo. De fato, se os homens do século XIX fossem passados pelo crivo da concepção atual de racismo, não sobra ninguém de pé. Diferentes atores sociais, programas políticos e ideologias serão enfiados no mesmo saco. Um conceito tão acachapante assim nada serve ao historiador, ao estudioso das sociedades de ontem. O racismo é, felizmente, uma idéia historicizada.”⁷

A reflexão teórica na produção historiográfica

a) Não há dúvidas de que é necessário realizar permanentemente mudanças na forma de pensar o social. Não só a realidade coloca em pauta questões antes inexistentes ou que não tinham recebido atenção por parte do historiador, como nossos instrumentos de investigação e métodos de análise muitas vezes se mostram insuficientes. Seria inútil insistir na utilização de categorias analíticas que já não dão conta do que se propõem representar e é necessário buscar outros caminhos. E, neste quadro, o ecletismo, a experimentação, o predomínio de perguntas em relação às respostas são quase imposições de um momento em que se transita de concepções de conhecimento que se mostraram insuficientes a outras que ainda não se constituíram completamente. A historiografia brasileira, de um modo geral não está alheia a estas questões, o que vejo como um sintoma positivo, pois o contrário seria deixá-la marginalizada em relação ao debate que, nesses anos, discute as ciências sociais e a própria epistemologia racionalista.

Os que vem acompanhando os rumos da produção historiográfica no Brasil nas últimas décadas, observam, entre outras, influências teóricas da chamada terceira geração dos Anais, da nova história cultural, da microhistória, dos autores britânicos de inspiração marxista e de pensamento foucaultiano. Participando da tendência do pensamento histórico contemporâneo, também se observam diferentes questionamentos aos limites da epistemologia racionalista, às tendências teóricas macro-orientadas, à tradição marxista ou ao menos a sua versão ortodoxa. Ao mesmo tempo, ganham espaço todas as questões referentes ao sujeito (individual ou coletivo), suas experiências, práticas e representações.

Esta problemática aparece ora em trabalhos que se propõem exatamente a discussão teórico-metodológica (mais escassos), ora no interior das obras historiográficas; percorre uma escala que vai dos que propõem renovação e desenvolvimento dos campos teóricos clássicos até outros, de qualquer forma minoritários, iconoclastas, que se aproximam do que, no conhecimento histórico, significa a ruptura dos limites entre história e ficção, entre real e representação.

b) Observa-se, ao menos na parte mais qualificada da comunidade de historiadores brasileiros, que a discussão de problemas teóricos ganhou maior profundidade em relação às décadas precedentes. Vou dar um exemplo: dificilmente se encontrará um historiador que não considere a importância das relações entre a história e a literatura. Mas se durante muito tempo a literatura não passava de uma “fonte histórica”, hoje a discussão se coloca em um outro patamar, incomparavelmente mais complexo, o do “giro lingüístico da história”, que envolve

⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A compreensão da realidade nacional, um desafio aos cientistas sociais. *Folha de São Paulo*, 22-09-1990.

questões da filosofia da linguagem, novos entendimentos sobre o que seja objetividade, sobre os limites entre ciência e ficção, sobre a própria categoria de “representação” que fundamenta o discurso científico. Este tipo de discussão, por sua própria natureza, é bem menos acessível que a da “literatura como fonte” e, portanto, muito menos estendida na comunidade de historiadores ou, às vezes, mal apropriada. Mas de qualquer forma, nela está presente. Parece haver uma consciência de que não enfrentar esses desafios significa deixar o conhecimento histórico marginalizado na atual conjuntura paradigmática das ciências sociais.

c) Entretanto, e sem que isso signifique uma contradição, a reflexão teórica sistemática por parte dos historiadores brasileiros no sentido da produção teórica original não foi muito desenvolvida, o que, aliás, vem sendo uma característica de nossa historiografia ao longo do tempo.

Evidência disto, por exemplo, é a ausência quase absoluta de trabalhos de pós-graduação que desenvolvam a investigação teórica propriamente dita; é também baixo o número de títulos publicados, incluindo entre estes os livros de autores estrangeiros. Conforme levantamento de Fico e Polito, de 1980 a 1989

[...] foram produzidos cerca de 30 livros de alguma maneira relacionados com teoria, o que equivale a 1% do total. Mas é preciso destacar que deste total diversos são reedições da mesma obra e manuais de ensino universitário. Ai também estão incluídos os livros de autores estrangeiros (...); foram escritos 35 artigos e apenas uma dissertação aborda centralmente a Teoria da História como objeto.⁸

Embora não haja um levantamento sistemático para os anos 90, suponho que essa produção aumentou, até mesmo pela facilidade em evocar alguns títulos. Cito, entre outros, *História e imagem* (Francisco Carlos Teixeira da Silva (org.) Rio de Janeiro, UFRJ, 1998); *A história, entre a filosofia e a ciência* (José Carlos Reis. São Paulo, Atica, 1999); *Representações. Contribuição a um debate transdisciplinar*. (Ciro Flamarion Cardoso e Jurandir Malerba (orgs.). Campinas, Papirus, 2000).

No entanto, se a produção nesse campo é ainda reduzida, isso não significa que a preocupação com a reflexão teórica também o seja. Exemplo disso foi o simpósio realizado em 1999 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o título “*Questões de Teoria e Metodologia da História*”, envolvendo vinte e quatro historiadores das mais renomadas Universidades do Brasil e Argentina, cujos trabalhos acabam de ser publicados em livro com o mesmo título.

d) Também se observa e reforçando o que foi dito acima, que, apesar da ampliação do leque temático, a reflexão teórica não tem acompanhado na mesma medida os novos temas, decorrendo daí uma forte dose de empirismo na historiografia.

Um exemplo disto é o das pesquisas sobre a vida cotidiana. Desde os anos 80 a temática da vida cotidiana começou a se destacar na produção historiográfica brasileira, como efeito da publicação dos livros de Maria Odila Leite Dias *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984), de Boris Fausto *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)* (São Paulo, Brasiliense, 1984), de Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (S. Paulo, Brasiliense, 1986) e de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987). Fazendo, no entanto, uma análise da vasta produção que se seguiu a esses livros, observa-se que não se desenvolveu paralelamente uma reflexão teórica sobre o que é a vida cotidiana. Esta dimensão, esfera, nível, temporalidade (as dificuldades conceituais já começam por aí) presente em todo o modo de existência humana e, portanto, com um grande potencial para a explicação da vida social, via de regra é reduzida na historiografia brasileira ao seu sentido mais comum, de “vida de todo o dia”, tão genérico que não tem qualquer utilidade analítica, ou ao “palco” onde algumas tramas se desenvolvem, não constituindo um campo teórico ou mesmo uma categoria analítica que contribua para desvendar a própria trama, ultrapassar a representação meramente fenomênica, descritiva da vida cotidiana.

Creio que a observação sobre a lacuna teórica que existe nos estudos sobre o cotidiano ganha mais significado ao se constatar também que nossa historiografia parece não ter se apropriado da contribuição que realizaram para o estudo da vida cotidiana autores como Agnes Heller, Karel Kosik, Henri Lefevbre no campo do pensamento marxista, Michel Maffesoli, Alfred Schutz no campo da sociologia compreensiva e mesmo, ainda que em um outro patamar teórico, Jacques Le Goff, para apontar alguns dos mais conhecidos.

⁸ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto, UFOP, 1991. p. 159.

É interessante observar que os historiadores já perceberam que a vida cotidiana, além de repetição e rotina, é também um campo de luta, resistência e criação; igualmente, tanto a obra de Michel de Certeau como de Michel Foucault, por exemplo, são conhecidas pelos historiadores. Apesar disso, é recente a produção historiográfica que procura aprofundar a reflexão sobre a resistência minúscula nos espaços intersticiais do poder. Creio que bastam estas observações para exemplificar como a reflexão teórica não tem acompanhado na mesma proporção a emergência dos novos temas (Sílvia Regina Ferraz Petersen. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. IN Zilá Mesquita e Carlos Brandão (Org.). *Territórios do cotidiano*. Porto Alegre, Editora da Universidade/Edunisc, 1995).

e) Dentro destes comentários sobre a reflexão teórica na historiografia, também quero apontar o que estou chamando de “apropriação epidérmica de campos teóricos complexos”, que tem provocado equívocos analíticos e desvios muitas vezes graves na produção historiográfica brasileira.

Isso já acontecera com o marxismo, muitas vezes reduzido à um arcabouço simplista de “forças produtivas X relações de produção”, esvaziado das inúmeras mediações e mesmo de contradições que lhe são próprias.

Mais recentemente o viés se repete, por exemplo, na recepção de Foucault. Como se sabe, a partir de seu pensamento definiu-se um novo campo conceitual com implicações radicais sobre o modo como o historiador trabalha sua matéria. Mas sua concepção de poder disciplinar, por exemplo, foi, em muitos casos apropriada como uma outra dimensão da luta de classes, sem perceber que se tratam de reflexões procedentes de epistemologias distintas.

Também na questão da centralidade do discurso, da luta de poder em que o discurso vencedor produz o silêncio dos vencidos, em alguns casos Foucault foi mal entendido e se pensou que era necessário “dar voz aos vencidos”, mostrando assim como os escravos, loucos, crianças, homossexuais, operários, prostitutas, etc., não eram atrasados, passivos, mas que também tinham propostas e eram combativos. Este caminho afirmava a ação do sujeito, mas tinha a referência em Foucault que, ao contrario, dissolvia sujeito e o mostrava como efeito de redes discursivas, do poder do saber.⁹

Algo similar está ocorrendo com o uso da categoria representação, que vem inundando uma certa produção historiográfica e que, esvaziada dos serviços teóricos apontados, por exemplo, por Chartier, transforma-se em uma designação tão genérica que não possui qualquer valor analítico. Como bem observa Emília Viotti da Costa, “alguns desses conceitos tornaram-se expressões comuns no jargão do historiador, embora freqüentemente apenas como parte de seu vocabulário e não como parte de sua teoria.”¹⁰

É certo que estes vieses são percebidos e criticados pelos historiadores mais qualificados que, felizmente, são numerosos, mas permanecem inconscientes para muitos outros, que também contribuem para a produção historiográfica brasileira.

f) A própria natureza dos novos temas abordados pela historiografia brasileira exige muitas vezes que se recorra a interdisciplinaridade, fato que também merece um comentário. Muitas vezes remete-se à prática interdisciplinar aquilo que a reflexão historiográfica não é suficiente para instrumentalizar. No que se refere, por exemplo, ao estudo da memória, do imaginário, das mentalidades, do campo simbólico, é comum o recurso à psicologia e à psicanálise. Apontar para a interdisciplinaridade é relativamente fácil, mas bastante mais difícil é o domínio de outros campos de conhecimento igualmente complexos, para os quais o historiador não possui uma habilitação ex-ofício. Com isto estou querendo destacar um viés que vem aparecendo principalmente nas teses e dissertações, onde algumas investigações exigiram o aporte de outra disciplina, mas da qual, por razões até de formação profissional, os pesquisadores são incapazes de se apropriar devidamente, constituindo então uma “falsa interdisciplinariedade”. Por isso, o recurso à interdisciplinariedade que vem associada a alguns dos novos temas historiográficos, pode muito freqüentemente transformar-se em uma panacéia, um simulacro de solução.

g) Neste movimento de renovação da historiografia brasileira, há um viés que aparece muito difundido: o entusiasmo excessivo com o novo. Refiro-me a uma certa legitimação que este termo dá a quase qualquer coisa que lhe seja agregada e que se proponha substituir um

⁹Apud RAGO, Margareth. As marcas da pantera. Michel de Foucault na historiografia brasileira contemporânea. *Anos 90*. PPG em História da UFRGS, Porto Alegre (1):121-143, maio de 1993.

¹⁰COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias. Do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*, PPG em História da UFRGS. Porto Alegre (10):dez. 1993. p. 13.

presumível “velho”. Neste sentido, e revelando a ignorância do historiador com respeito à história de sua própria disciplina, muito do que é visto como novo às vezes não passa da recuperação de tendências já constituídas – ainda que não dominantes – na historiografia desde o século XIX (para não ir mais longe) e outras vezes, de tensões permanentes que atravessam a história do conhecimento social.

Vou me limitar a um exemplo desta última possibilidade: a tensão entre sujeito e estrutura ou entre “livre arbítrio” e “lei natural”, ou entre voluntarismo e determinismo. Ela não é nova nem sem importância no pensamento ocidental, bastando para isso pensar as posições de Sto. Agostinho X Sto. Tomás de Aquino; Vico X Maquiavel; Comte X Dilthey; Marx X Kierkegaard; estruturalismo X existencialismo e através deles, da própria teoria social, que em medidas diferentes gravita ao redor destes polos:

O primeiro [o polo do sujeito] concebe a sociedade como uma rede de significados humanos e encarnações de atividades humanas; o segundo [o polo da estrutura] [...] nos apresenta a sociedade concebida como uma facticidade coisificada, que vigia a seus membros individuais com controles coercitivos e os molda em seus processos socializadores [...] a primeira concepção nos apresenta o homem como ser social e a sociedade como feita por ele; enquanto a que a segunda coloca a sociedade como uma entidade que está sobre e contra o homem, e o mostra como feito por ela.¹¹

Esta tensão entre sujeito e objeto, entendida ora como de reciprocidade, ora como de exterioridade, é mais ou menos permanente ao longo da existência do conhecimento social e continuará sendo se quisermos entender a trama das relações sociais, os espaços de liberdade, as condições de opressão.

Um comentário similar poderia ser feito à questão da objetividade do conhecimento histórico e da subjetividade do historiador, sobre a qual alguns historiadores parecem desconhecer as discussões que – para não ir mais longe – já desde o século XIX a esse respeito se travavam. Assim, no campo do conhecimento histórico há questões reais e imaginárias quando se trata de avaliar o “impacto do novo”.¹²

h) A grande proliferação de novos temas e a crítica às explicações macro-orientadas tem também provocado uma certa fragmentação do chamado “todo social”. Se foram criticados os trabalhos de perspectiva macro-estrutural, onde a ação do sujeito desaparecia no jogo das estruturas, parece que atualmente, em muitos casos, apenas houve uma inversão da perspectiva: o foco foi deslocado para as ações subjetivas, os fragmentos, os micro-objetos circunscritos a eles mesmos.

No entanto, há indícios de que ao lado dessa tendência de priorizar temas minúsculos, micro-orientados ou que sinalizem as várias manifestações da ação subjetiva, já começa a recuperação da dimensão macro-estrutural da análise, superando assim uma simples substituição do macro pelo micro, que tem facilmente dado lugar a uma história empirista, uma “petit histoire” de curiosidades ou de temas exóticos.

Um exemplo do reconhecimento da necessidade de integrar duas tendências que se apresentavam como antagônicas é a própria história do trabalho, que em seu interesse em recuperar a experiência dos trabalhadores percebe ser impossível conferir-lhe significado sem considerar as condições objetivas estruturais em que ela se constrói, sem perceber que os sujeitos não flutuam em liberdade com respeito às determinações econômicas, que a experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente.

Assim, para muitos historiadores brasileiros já está clara a conhecida observação de Hobsbawm quanto às polarizações:

Não tem nada de novo escolher ver o mundo através de um microscópio e não com um telescópio. Na medida em que aceitemos que estamos estudando o mesmo cosmos, a escolha entre microcosmos e macrocosmos é questão de selecionar a técnica adequada.¹³

Mas também não são poucos os historiadores que simplesmente excluíram um foco e fizeram apenas uma inversão de sentido...

¹¹ GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos*. Madrid: Alianza, 1983, p.49.

¹² PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do “novo” e a crítica ao racionalismo. *LPH: Revista de História*. Depto. de História da UFOP. Mariana, 3 (1): 108-126, 1992.

¹³ HOBSBAWM, E. J. El renacimiento de la historia narrativa. Algunos comentarios. Mexico, *Historias* (14): julio-septiembre, 1986. p. 12.

Novas fontes

Esta renovação temática e teórica não poderia deixar de convocar novas fontes de pesquisa ou mesmo de promover releituras de fontes antigas. É verdadeiramente engenhosa a capacidade do historiador brasileiro de instituir em fontes, materiais antes pouco ou nada explorados. Esse é o caso dos processos judiciais, inventários e testamentos, não só pelas interrogações a que podem responder como, especialmente no primeiro caso, por trazerem em seus autos outros documentos cuja existência o historiador sequer suspeitava. Assim, por exemplo, em processos que envolvem militantes operários são descobertos panfletos, fotos, etc. que lançam novas luzes ao tema em estudo. Sem que obviamente fossem os únicos, certamente marcaram nossa historiografia os citados livros *Crime e cotidiano*, de Boris Fausto (1984) e *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub (1986).

Também tornou-se difundido o uso da história oral como método de constituição de fontes históricas, e nesse caso é de destacar o papel desempenhado pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas a partir da documentação oral do período Vargas. Atualmente existem importantes grupos acadêmicos voltados à história oral, que promovem encontros periódicos, além de numerosas publicações sobre o tema. Este é o caso da promoção, em 1997, pelo CPDOC e Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do evento "*Ética e História Oral*" cujos resultados foram publicados no número especial, com o mesmo título, da revista *Projeto História* da PUCSP (15) de abril de 1997.

Esta questão das novas fontes poderia ocupar um espaço considerável mas, pelo limite do tempo, fico apenas com os exemplos acima.

A história regional na historiografia brasileira

Há uma outra tendência da historiografia brasileira que talvez decorra da própria extensão continental do país, que é a história regional.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que quando os historiadores brasileiros falam de história regional, via de regra, estão se referindo a história do extremo sul ou a história da região nordestina. Outra observação é sobre o uso indevido que "regional" tem na nossa historiografia. Recortes espaciais de qualquer natureza muitas vezes são alçados à categoria de "regionais". Neles, no entanto, o conceito "região" não tem outro significado do que um território que se deliberou estudar. Tais trabalhos não incorporam outras reflexões, que envolvam as relações entre o local, o regional e o global; os próprios conceitos de região, espaço, fronteira, não prestam nenhum serviço teórico ao alargamento da análise histórica.

Mas a questão é mais complicada, pois parece que ainda não foi suficientemente percebido que a historiografia no Brasil é predominantemente localista ou regional (usarei os dois termos deliberadamente, em função da confusão que apontei acima). Mesmo em muitos trabalhos cujo título é extensivo ao Brasil (*História do Brasil*, *História do movimento operário brasileiro*, *História econômica do Brasil*, *Historiografia brasileira*, etc.) o conteúdo é local ou regional, pois refere-se, em última análise, aos centros política e economicamente hegemônicos, Rio de Janeiro e S. Paulo, desconhecendo que a diversidade e as peculiaridades de outros locais ou regiões não aconselhariam tomar o centro pelo todo. Enfim, são também estudos locais ou regionais que ganham uma dimensão nacional.

É fácil entender que as áreas menos desenvolvidas, com população mais rarefeita, menos visíveis na história da colonização brasileira, (que foi eminentemente litorânea) menos integradas ao polo política e economicamente hegemônico, estejam menos representadas na produção historiográfica; mas nada justifica, por outro lado, a denominação extensiva de "Brasil" a trabalhos que são também, finalmente, recortes locais ou regionais. Tal perspectiva tem sido particularmente empobrecedora da história do Brasil, por assumir uma visão estereotipada do nacional, ignorando as identidades locais e realizando análises genéricas, com escasso valor para entender matizes regionais.

Atualmente, no entanto, o desenvolvimento da pesquisa da história que possuímos nos diferentes estados da Federação (onde não se pode esquecer o papel desempenhado pela criação de cursos de pós-graduação a partir dos quais a qualidade e o volume da pesquisa se amplia) – parece desfazer qualquer possibilidade de entendê-la através de um paradigma singular, baseado na situação específica de um local ou região e excludente da diversidade. Um paradigma unitário com base restrita, veiculados em tantos livros, artigos e conferências. não passa de um "efeito de poder" em face à incontestável heterogeneidade da sociedade brasileira.

Por outro lado, há processos e acontecimentos que, circunscritos à dimensão local ou regional, não conseguem ser significados pelos pesquisadores. Neste caso, a interrelação de estudos de locais ou regionais pode trazer uma melhor compreensão do peso relativo dos mesmos na história nacional. De qualquer forma, cabe explorar as virtualidades do cruzamento desses trabalhos tanto para perceber a especificidade destes casos, como para fazer aparecer processos mais globais cuja percepção se dilui nas análises simplesmente locais ou regionais, questões que tomadas nesse âmbito perdem seu possível significado.

Quando me refiro a processos mais globais, nacionais, não significa pensar na articulação dos estudos regionais como meio de perseguir alguma forma de homogeneização ou identidade unitária, mas de descobrir vínculos múltiplos e às vezes invisíveis, que podem enriquecer o perfil de atores e processos sociais em um país de dimensões continentais como o Brasil, com uma imensa diversidade social, econômica, cultural e étnica. Creio que esta perspectiva enriqueceria substancialmente a compreensão de alguns processos, iluminando de modo distinto o que foi produzido e talvez contribuindo de alguma forma para entender as complicadas relações do particular com o geral, do regional com o nacional, questões sempre na pauta das reflexões historiográficas, em qualquer de suas vertentes.

Não se entenda que estou criticando o enfoque local enquanto tal: é sabidamente importante, por exemplo, o trabalho dos historiadores paroquiais, cuja atividade muitas vezes menosprezada pela Academia, presta inestimáveis serviços documentais e bibliográficos. Também não desconheço que, para muitos temas, se impõe a necessidade do trabalho monográfico, verticalizado, localizado: essa não é uma abordagem menor.

Ao contrário, o que pretendi destacar é que, nem sempre o que se chama História do Brasil é uma história nacional, mas a das regiões dominantes e que, na historiografia, o conceito regional é freqüentemente trabalhado na sua acepção mais pobre, de um simples recorte geográfico.¹⁴

Os historiadores brasileiros e a América Latina: uma identidade contraditória ?

Quando se trata de discutir a produção historiográfica brasileira, um tema recorrente é o das suas relações com outras vertentes nacionais da historiografia latino-americana.

Como observa Maria Lígia Prado,

[...] na medida em que a história de cada país da América Latina corre paralelamente às demais, atravessando situações bastante semelhantes- a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte-americana, [acrescento ainda o significado das ditaduras militares dos anos recentes e os processos de democratização] para citar apenas alguns marcos tradicionais, não há, a meu ver, como fugir às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é muito mais estimulante, para o pesquisador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola.¹⁵

No entanto, a autora verifica a grande dificuldade para manter a rota dos estudos latino-americanos no Brasil, por várias razões, entre elas pelo peso exercido pelos modelos culturais europeu e norte-americano, sendo a América Latina considerada área secundária, em que as paixões políticas impregnam o historiográfico.

“O Brasil afirmou-se e afirma-se como a América Latina em diversas e variadas manifestações políticas, mas também nega sua identidade, ignorando, desqualificando e formando estereótipos negativos relacionados ao mundo hispano-americano”(Idem, p.20). Certamente esta dicotomia se reflete quer na produção historiográfica sobre América Latina, quer sobre sua circulação. Ou seja, o historiador brasileiro via de regra está muito bem informado do teor teórico e temático do que se pesquisa e publica principalmente na Europa (e um indicador disso é a importação ou tradução dessas obras e a influência que exercem sobre a produção historiográfica brasileira), mas ocorre exatamente o contrário com a produção originária dos países latino-americanos, cuja circulação se dá quase exclusivamente entre aquele que se dedica ao ensino e pesquisa dessa temática.

Para concretizar um pouco essa opinião, vale a pena observar que em aproximadamente 1880 diferentes títulos de livros de História publicados no Brasil entre 1980 e 1989 (obras nacionais ou traduções) apenas 108 se referem à América, incluindo aí os Estados Unidos. Quanto aos aproximadamente 760 artigos de revista publicados no mesmo período, 29

¹⁴ PETERSEN, Sílvia R. F. Cruzando fronteiras. As pesquisas regionais e a história operária brasileira. IN ARAÚJO, Angela M. C., (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

¹⁵ PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo, EDUSC/EDUSP, 1999, p. 20.

se ocupam do referido tema. Finalmente, para não alongar o exemplo, das aproximadamente 800 resenhas, 34 referem-se ao tema.¹⁶

Este panorama se torna mais grave quando constatamos que, para o historiador atual, a história da América Latina não pode ser uma simples soma das histórias nacionais de cada um dos países da área; tão pouco pode reduzir-se a meras comparações entre distintas experiências, sejam estas políticas, sociais, econômicas ou culturais.

Pelo contrário, a história da região, considerada como um todo, é a história de suas sucessivas inserções no mundo, de seus múltiplos contatos com o mundo exterior [...] Em outras palavras, o elemento externo, estreitamente vinculado ao nosso desenvolvimento interno é uma das partes substantivas da história latino-americana. Assim como a história nacional se preocupa de modo obsessivo com os acontecimentos internos que deram perfis característicos à história pátria, a história de América Latina estuda como os agentes externos afetaram seu desenvolvimento.

É importante também que se discutam abertamente os paradigmas que se agitam nas percepções historiográficas sobre nossos países. Como determinam o que se escreve e o que não, como predeterminam inclusive o que vemos e o que deixamos de ver? É claro que o passado não pode mudar, mas é cada dia mais evidente que o enriquecimento do conhecimento de nosso passado para situarmo-nos melhor em nosso presente e potencial-nos com mais possibilidades diante de nosso futuro, é suscetível de um crescimento exponencial.¹⁷

Por outro lado, como não existem estudos comparados entre as produções historiográficas dos países latino-americanos, não é possível avaliar o peso relativo de alguns traços da historiografia brasileira em comparação com o que ocorre em outras vertentes. Assim, o que pode parecer um ponto frágil na avaliação da historiografia brasileira, pode significar um avanço ou um padrão de qualidade desde o ponto de vista de outra produção historiográfica latino-americana. Ou vice-versa. Quando observo, por exemplo, a questão dos vínculos europeus cultivados pela historiografia brasileira, a importação teórica e temática estas observações talvez fossem atenuadas se comparamos com o que ocorre na historiografia de outros países da América Latina. Ou seja, desde a perspectiva de cada historiografia nacional, tomada isoladamente como acontece, é impossível estabelecer o ponto em que cada uma se encontra no percurso historiográfico atual.

Apesar das dificuldades mencionadas e de outras que o tempo me impede de comentar, é importante registrar a atuação dinâmica e operosa da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (ANPHLAC) e de núcleos de estudos latino-americanos em muitas universidades, como o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP) da UFRGS, outros na UFRGS, UNISINOS, UFGO e linhas de pesquisa sobre História Latino-Americana nos Programas de Pós-graduação. Por outro lado, cabe registrar também o intercâmbio que em alguma medida se verifica entre historiadores brasileiros e da região platina principalmente, como participantes de congressos, professores visitantes, etc. Lembro, entre muitos outros, os argentinos Hilda Sabato, Carlos Chiaramonte, Osvaldo Coggiola, Eduardo Hourcade, Ricardo Falcón, Carlos Antonio Aguirre Rojas, e os uruguaios Jose Rilla, Gerardo Caetano, Lucia Sala.

Influências européias e norte-americanas na historiografia brasileira: um caminho de mão única ?

Os "vínculos externos excessivamente pesados" que a historiografia brasileira sempre manteve e que configuram um fenômeno permanente de "importação cultural" já foram salientados por Carlos Guilherme Mota, na citada conferência de 1974 no México.

Mesmo com diferentes níveis de apropriação, tem sido intensa a circulação e o consumo das grandes questões teóricas e também as temáticas de "além mar".

Para dar apenas um exemplo em um elenco que seria muito amplo, a revista Projeto História do PPG em História da PUCSP em outubro de 1995, publicou um número (12) sugestivamente intitulado "*Diálogos com E. P. Thompson*", onde diferentes aspectos de sua obra foram discutidos por historiadores brasileiros.

Os autores da "Nouvelle Histoire" Jacques Le Goff, Michelle Perrot, Georges Duby, os autores britânicos de inspiração marxista E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Raphael Samuel, os trabalhos de Foucault, de Ginzburg, de Lynn Hunt e a nova história cultural, com Roger

¹⁶ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989). Séries de Dados*. Ouro Preto, UFOP, 1994. v. 2.

¹⁷ SOSA, Ignacio e CONNAUGHTON, Brian (Orgs.). *Historiografía latinoamericana contemporánea*. México, Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos/ Universidad Nacional Autónoma de México, 1999. p.8-10; 30.

Chartier, o giro linguístico da história, os efeitos da crise da modernidade e da condição pós-moderna, para citar alguns campos, são matéria corrente nos “currícula” dos cursos de graduação e pós-graduação, a despeito do tipo de apropriação que dela se possa fazer.

Da mesma forma, nos últimos anos um grande número de destacados historiadores europeus, norte e latino-americanos tem vindo ao Brasil e atuado em diferentes Universidades como conferencistas ou professores visitantes. Entre muitos outros, lembro ao acaso Eric Hobsbawm, Perry Anderson, Peter Burke, Roger Chartier, Michelle Perrot, Serge Gruzinski, Jean Claude Schmidt, Carlo Ginzburg, Josep Fontana, Jörn Rusen, Jürgen Kocka, Daniel James, Barbara Weinstein, Joan Bak, Josep Love, John French, Herbert Klein, Richard Graham.

A historiografia brasileira, apesar de influências inglesas e, mais escassamente, da norte-americana, continua sendo decididamente francófila.

Carlos Fico analisa mais detalhadamente os termos da questão das influências primeiro-mundistas na historiografia brasileira:

Na verdade, não há nada de errado em inspirar-se em abordagens, temas ou o que seja de grandes historiadores estrangeiros. Tampouco haveria qualquer inconveniente em que inúmeros historiadores estrangeiros estudassem a História do Brasil, (desde que os brasileiros sejam cumulados com as mesmas facilidades que os estrangeiros). O que há de tortuoso neste caminho é o fato dele configurar-se como sendo de mão única. Se reunimos condições para importar temáticas, técnicas, metodologias e teorias, isto é, se desejamos acompanhar o que há de mais moderno na produção histórica contemporânea, é preciso ousar mais: estudar temas europeus, norte-americanos e de outras procedências e propor, a partir talvez de assuntos brasileiros, novas temáticas, técnicas, metodologias e teorias que possam interessar ao historiador estrangeiro. Para assumir um perfil verdadeiramente internacional não basta reproduzir, aqui, o que se faz lá fora. É preciso dialogar de igual para igual com a comunidade estrangeira, vale dizer, é necessário que sejamos formuladores de inovações e não apenas importadores de novidades.¹⁸

Mas afinal, quem são os estrangeiros que estudam o Brasil, onde estão os “brasilianistas”? Por outro lado, que repercussão tem a historiografia brasileira nos mesmos países dos quais recebemos influências historiográficas. Existe um intercâmbio intelectual ou apenas “de corpos”? Enfim, o que caberia discutir são as razões que dificultam um diálogo efetivo, um caminho de mão dupla ao contrário da via de mão única predominante.

Talvez a tímida formulação, por parte dos historiadores brasileiros de inovações teóricas, ficando mais em uma posição de receptores ou de adaptadores seja uma das razões que poderiam estar dificultando este diálogo. Também as variações do interesse europeu ou norte-americano sobre as questões brasileiras, às vezes ligadas a considerações de ordem político-estratégicas, certamente tem um peso importante.

De qualquer forma, essa questão é complexa, e, no limite deste texto, tratarei de seu ângulo mais simples, que é o da produção dos atuais brasilianistas.

A historiografia norte-americana sobre o Brasil

A palavra “brasilianista” via de regra está associada à onda de historiadores e outros cientistas sociais norte-americanos que principalmente nos anos 70 voltaram-se para as temáticas brasileiras, e cujas pesquisas em muitos casos, tiveram facilidades (como a consulta de documentação e arquivos) inacessíveis aos pesquisadores nacionais no período da ditadura militar.

Tentando estabelecer um perfil mais atualizado da participação de historiadores norte-americanos em estudos sobre o Brasil, constatei que em geral eles estão integrados aos vários *Latin American Centers* como o da *Texas University* em Austin ou da *Califórnia University UCLA*, ou aos *Luso-Brazilian Centers*, como na *Winsconsin University* ou na *Brown University*. Também são veículos dos trabalhos dos brasilianistas a *Latin American Research Review*, *The Hispanic American Historical Review* e a *Luso-Brazilian Review*. Mais recentemente o Itamaraty, órgão do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, vem tratando de fomentar a criação de uma cadeira de Cultura Brasileira nas universidades norte americanas, no sentido de estabelecer um espaço próprio para tais estudos. Alguns historiadores nessas últimas décadas tem sido por assim dizer os novos “timoneiros” da produção dos brasilianistas. Sem, obviamente, esgotar a lista, quero citar, no entanto, os trabalhos de Sandra e Richard Graham *Patronage and politics in nineteenth-century Brazil* (Stanford, Stanford University Press, 1990;

¹⁸ FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. *Anos 90*. PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, (2) maio de 1994. p. 113

de Robert Levine *Vale of tears: revisiting the Canudos Massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897* (Berkeley, Los Angeles. University of California Press, 1992; de John French, *The Brazilian worker's ABC: class, conflict and alliances in modern São Paulo*. Chapel Hill, North Carolina University Press, 1992; de Joel Wolfe, *Working woman, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham, Duke University Press, 1993; de Stuart Schwartz, *Slaves, peasants and rebels. Reconsidering Brazilian slavery*. Urbana, University of Illinois Press, 1992; de Barbara Wainstein, *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo, Cortez, 2000; de Joan Lamaison Bak sobre o movimento operário no Rio Grande do Sul e de Herbert Klein sobre o escravismo. Estes e outros historiadores congregam ao seu redor grupos de estudantes, ao mesmo tempo que recebem brasileiros para estágios durante o doutorado, pós-doutorado, etc.

Também quero fazer uma breve referência ao trabalho da BRASA (*Brazilian Studies Association*), um grupo internacional com mais de 1400 membros, sediado no *Latin American and Iberian Institute da University of New Mexico*, que apóia os estudos brasileiros em Humanidades e Ciências Sociais, promove congressos anuais e edita um boletim.

A historiografia alemã sobre o Brasil

Para uma avaliação mais recente da participação alemã, contamos com uma oportuna pesquisa do Prof. René Gertz, realizada durante seu pós-doutorado em Berlim, em 1995, publicada em artigo intitulado *A História do Brasil na Alemanha* referente ao período de 1980 a 1994, o qual sigo muito de perto nesta parte de minha exposição.

Conforme suas conclusões, não há uma tradição de instituições voltadas especialmente ao brasilianismo e sim aos estudos ibero ou, mais recentemente, latino-americanos. Dentre os dados significativos apresentados pelo Autor, reproduzo os referentes ao mais tradicional anuário de estudos sobre História Latino-Americana, o *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* editado desde 1964 e que em seus 15 volumes tomos referentes aos anos de 1980 a 1994, apresenta 14 artigos sobre o Brasil, enquanto há cerca de 40 sobre temas variados da América Espanhola, 25 sobre a Argentina, 25 sobre o Peru e 35 sobre o México, para dar alguns exemplos que permitam uma comparação.

Outro periódico tradicional, editado pelo prestigiado Instituto Latino-Americano de Berlim, o *Ibero Amerikanisches Archiv*, de 1975 a 1994, em um total de 120 artigos sobre história, apenas quatro tratam do Brasil.

Gertz menciona a opinião do Prof. Horst Pretschmann, titular de uma das cerca de seis cadeiras de História Latino-Americana existentes em Universidades Alemãs sobre o pequeno interesse pela História do Brasil, apontando a pouca difusão da língua portuguesa em relação ao espanhol como causa provável do fato. No entanto, Gertz observa que em áreas como Sociologia, Ciência Política, Economia e Literatura existe um interesse considerável pelo Brasil, o que tornaria discutível aquela opinião.

Para os últimos quinze anos, há indícios mais animadores, que Gertz atribui no mínimo a três fatores: brasileiros que realizam doutorado em História na Alemanha sobre temas brasileiros; a participação de historiadores brasileiros em congressos realizados na Alemanha, cujos trabalhos são aí publicados em Anais ou outros veículos; mas principalmente a ampliação dos estudos interdisciplinares, com o tratamento de temas de História do Brasil por outras áreas, como Ciência Política. No período em estudo, 1980-1995, Gertz arrolou a publicação de 140 obras com temáticas brasileiras nas áreas apontadas. Dentre essas, os 13 títulos de obras de Jens Hentschke sobre escravidão e movimento abolicionista e história política, independência e república no Brasil. Segue-se, em número, 6 trabalhos de Jürgen Hell sobre escravidão e abolição da escravatura. Obviamente, a qualidade e a importância desses 140 textos é variável, assim como as temáticas predominantes, que o Autor classificou em três blocos: relações entre Brasil e Alemanha e imigração alemã no Brasil; a migração para o Brasil, nas décadas de 30 e 40 de pessoas de fala alemã (especialmente o caso dos judeus e de escritores exilados no Brasil) por razões políticas ou raciais; o terceiro bloco é heterogêneo, e entre outros temas compõem os já citados estudos sobre a escravidão e sobre a questão indígena.

A historiografia francesa sobre o Brasil

Sem a pretensão de uma análise exaustiva de livros e autores referentes a produção historiográfica sobre o Brasil realizada em língua francesa, há alguns exemplos sintomáticos. Tal é o caso do material de divulgação que acompanhou o livro de Frédéric Mauro e Maria de

Souza *Le Brésil, du XV siècle à la fin du XVIII Siècle*, publicado em Paris em 1997, que inicia com a seguinte frase “*Cet ouvrage est la première histoire scientifique en langue française du Brésil, de la préhistoire à son indépendance.*”

Na verdade, o Prof. Mauro talvez seja o principal responsável pela historiografia sobre o Brasil que se produz em França (estendendo, no entanto, essa produção também a América Latina). Além do livro, supra-citado, em 1994 publicou uma *Histoire du Brésil* (Paris, Chandeigne, 1994). Também é importante o conjunto de estudos realizados por Guy Martinière,

[...] que à nossa historiografia dedicou grande parte de suas pesquisas [...]. Mais recentemente, uma pequena síntese desses estudos foi publicada sob o título *Problèmes du Développement de l'Historiographie Brésilienne* (Storia de Della Storiografia, 19, 1991). Uma das bases de dados utilizada por Guy Martinière foi o acervo de mais de 800 teses defendidas na Universidade francesa sobre a América Latina, das quais 225 concernentes ao Brasil.¹⁹

Outro ângulo importante dessa produção se apóia no campo institucional e nesse sentido é preciso mencionar o *Centro de Estudos sobre o Brasil* criado em 1996 na Universidade de Paris IV-Sorbonne, no âmbito do Instituto de Pesquisas sobre Civilizações do Ocidente Moderno. Seu objetivo é o desenvolvimento de pesquisas históricas (mas não apenas) sobre o Brasil, a organização de eventos, promoção de publicações, etc. Acolhe alunos brasileiros para realização de estágios de pós-doutorado ou durante a sua formação doutoral. Alguns doutorandos franceses em História do Brasil também são encaminhados para o Brasil (bolsas Lavoisier ou outras). Esse centro é coordenado pela Profa. Katia de Queirós Mattoso ao mesmo tempo titular desde 1988 da cadeira de História do Brasil Moderno e Contemporâneo. Suas especialidades são a história da escravidão, história da cidade de Salvador e as relações internacionais do Brasil.

Outros centros que trabalham total ou parcialmente na temática da História Brasileira são o *Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da E.H.E.S.S.*, o *Centro de Pesquisas Latino-Americanas, da Université de Poitiers* e o *Grupo de Pesquisa sobre América Latina da Université de Toulouse*, cujos professores Bartolomé Bennassar e Richard Marin são autores da *Histoire du Brésil, 1500-2000*, publicada pela editora Fayard.

Há também programas bi-nacionais de intercâmbio acadêmico como o CAPES-COFECUB que se estendem à pesquisa histórica.

Finalmente, também é importante indicar congressos que tratam da História do Brasil. Assim, apenas para dar um exemplo bem recente, em outubro do ano passado foi realizado em Aix en Provence, o *Colloque International “Éclats d'Empire: du Brésil a Macao”*, promovido pela *Université de Provence e Université de Paris X Nanterre*, em razão do quinto centenário do descobrimento do Brasil e da devolução de Macau à China, os quais partilharam por séculos um passado comum: sua inserção no Império Colonial português. Obviamente, reuniu historiadores franceses, portugueses, brasileiros e macauenses e os trabalhos apresentados representam contribuições historiográficas à história brasileira, caso que nos interessa especialmente.

Concluindo, e sem ter realizado um estudo mais aprofundado da questão, parece não haver uma produção bibliográfica de destaque sobre o Brasil (seria o caso de examinar as publicações periódicas e aí registrei a publicação de um dossiê especial “Brasil, 500 anos” pela revista *Histoire et Sociétés de l'Amérique Latine*, nº 10, 1992/2, edição das Associações ALEPH- *Amerique Latine: experiences et problématiques d'Historiens*), prevalecendo as atividades de centros de pesquisa e as orientações de teses como as formas mais visíveis desse interesse historiográfico que, em todo o caso, é muito pequeno (não esqueçamos também a tradição eminentemente “hexagonal” da historiografia francesa).

Os cursos de pós-graduação como local por excelência da produção historiográfica acadêmica.

Ao analisar a produção historiográfica das últimas décadas no Brasil, não podemos deixar de mencionar o papel dos cursos de Pós-Graduação, mestrado e doutorado, neste processo. A pós-graduação em História no Brasil iniciou nos anos 70 e no ano de 2000 havia 26 cursos de mestrado e 14 doutorados reconhecidos pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Estes cursos, tanto por seu corpo docente em geral qualificado, como pelo nível dos estudos aí realizados, procurando discutir em profundidade as questões centrais do

¹⁹ ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru/São Paulo, EDUSC, 1999. p. 30-31.

conhecimento histórico, tem proporcionado o desenvolvimento de várias linhas de pesquisa dos docentes às quais, em alguma medida, se vinculam as pesquisas dos estudantes, concretizadas em teses ou dissertações, que, publicadas ou não, constituem porção importante da produção historiográfica. Assim, a reflexão historiográfica mais sistemática, voltada à formação de pesquisadores, se encontra sem dúvida nos cursos de pós-graduação, mesmo com as deficiências que possam ter.

Apesar da existência, nestes programas, de linhas de pesquisa que congregam um conjunto de investigações orientadas por um campo temático/teórico, esta produção – e a historiografia brasileira como um todo – não configura campos teóricos-temáticos homogêneos, alguma coisa como "escolas". Também se observa que apesar destes cursos via de regra incorporarem às suas discussões a bibliografia internacional de ponta, grande parte dos trabalhos segue ainda caminhos tradicionais, descritivos, que em muitos casos nada acrescentam a reflexão historiográfica.

Entre 1973 e 1995, (pois não houve a publicação de levantamentos globais desde então) foram defendidos 2208 trabalhos de pós-graduação, Mestrado e Doutorado, distribuídos da seguinte forma entre os vários Programas:

USP (M/D)- 611; PUCRJ (M)- 27; PUCRS (M/D)- 142; PUCSP (M/D)- 183; UnB (M/D)- 87; UNICAMP (M/D)- 91; UNESP (Assis) (M/D)- 59; UNESP (Franca) (M)- 25 + 25 (até 1997); UFBA (M)- 22 + *26 (até 1998); UFF (M/D)-249; UFGO (M)- 62 + *8 (até 1996); UFMG (M)- 5; UFPR (M/D)- 104; UFPE (M/D)- 131; UFRGS (M/D)- 17 + *62 (até 2000); UFRJ (M/D)- 126; UFSC (M)- 83; UNISINOS (M) - 15
(CORREA, Carlos Humberto (Org.). *Catálogo das Dissertações e Teses dos Cursos de Pós-Graduação em História*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1987; CAPELATO, Maria Helena R. (coord.). *Produção histórica no Brasil*. S. Paulo, CNPq/ANPUH, 1995. 3 v.; *Informações procedentes de diferentes fontes.)

Sobre as associações profissionais e a dinâmica da circulação da produção historiográfica

Os profissionais de História no Brasil contam com muitas associações temáticas mas dado o espaço reduzido, comentarei exclusivamente aquela que é, sem sombra de dúvidas, a mais importante associação dos profissionais de História: a ANPUH (Associação Nacional de História). Com sede em São Paulo, possui atualmente 23 núcleos regionais nos diferentes estados. Tem sido, ao longo de décadas e com todas as dificuldades que enfrenta uma associação como essa em um país com as dimensões e diversidade do Brasil, a grande articuladora dos historiadores brasileiros. Realiza há cada dois anos simpósios nacionais que congregam milhares de profissionais, professores, estudantes e pesquisadores (em julho de 2001 promove o XXI simpósio com o tema *A História no novo milênio: entre o individual e o coletivo*), eventos esses que são precedidos pelos simpósios estaduais que as ANPUH regionais promovem. Neles é apresentado não só o "estado da arte" da pesquisa histórica, como são discutidas questões sobre a profissão de historiador, o ensino da história em seus diferentes níveis, os projetos governamentais que concernem a currículos, novos cursos, são elaboradas estratégias em defesa da ordem democrática, além do que publica a prestigiada *Revista Brasileira de História*, semestral, atualmente em seu número 39. Também foi atividade da ANPUH a publicação em 3 volumes do livro *citado Produção histórica no Brasil*, que apresenta o conjunto das teses e dissertações em História defendidas entre 1985 e 1994, incluindo seus resumos. Da mesma forma, deu apoio ao primeiro *Quem é quem na História. Pesquisadores e Pesquisa no Brasil*, elaborado por Holien Bezerra (Goiânia, CEGRAF, 1996), um instrumento de informação segura do que se pesquisa e se publica em História no Brasil.

Sobre a circulação da produção historiográfica, também é imprescindível falar sobre o mercado editorial. Para esse tema, seguirei muito de perto os comentários de Fico e Polito, pois creio que não existem dados sistemáticos mais recentes do que aqueles que levantaram e interpretaram.

A relação com a mídia, com o mercado editorial e com a pouco estudada vida interna das academias são hoje, mais do que nunca, fundamentais para o entendimento da dinâmica da produção do conhecimento histórico". E prossegue: "Se perguntarmos a um leigo o que ele supõe que venha sendo feito em nossa área, que temas, por exemplo, temos pesquisado preferencialmente, a resposta certamente não encontrará amparo na realidade. Pois enquanto os temas fascinantes da Nova História chegam às páginas dos jornais, chamando atenção para a estrepitosa introdução das questões da sexualidade ou da magia no rol dos assuntos tratados pelos historiadores; enquanto o questionamento dos paradigmas teóricos clássicos, em alguns trabalhos bastante comentados, sugerem a ruína ou o desmoronamento de modelos tradicionalmente usados; enquanto revisores de autores clássicos e

autores clássicos revisados se consomem numa fogueira de vaidades teóricas nas páginas dos jornais - enfim, enquanto assistimos a uma dinâmica aparentemente intensíssima que estaria incendiando a história e os historiadores, o que vemos, na produção cotidiana, rotineira, dos cursos de pós-graduação, num bom número de pesquisas históricas, afinal, é uma quase fria aposta na história regional e local, uma congelada persistência da história tradicional, empirista, com metodologias não renovadas.²⁰

Este comentário demonstra claramente o importante papel desempenhado pela mídia na avaliação (às vezes fantasiosa) da exuberância de nossa produção historiográfica.

Com relação às casas editoras, no Brasil não é diferente: cada vez mais os critérios do que deve ser publicado se medem pela virtualidade comercial da obra. Assim, num momento onde a chamada "crise da razão" faz aflorar todo um leque de misticismos, as editoras não hesitam em dar preferência aos temas da magia, da religiosidade popular, etc. E como estes livros são colocados à venda, há um efeito de demonstração que induz o público – pelo menos aquele que frequenta as livrarias – a pensar que esta é a tendência dominante na produção historiográfica.

No que se refere a trabalhos publicados entre 1980-1989 pelas 20 editoras que mais publicaram livros de História, Fico e Polito informam que a História da América comparece com um número expressivo de textos (157 edições, 108 títulos), muito pulverizados em termos temáticos, mas com alguma concentração em economia e sociedade americanas e revoluções nacionais. Mas raros são os trabalhos de maior fôlego em termos verticais e horizontais.

Em termos das divisões clássicas da História, observa a mesma fonte que é muito reduzido o número de obras de História Antiga (104 edições e 61 títulos), sendo muitas delas simplesmente de divulgação. O mesmo ocorre com História Medieval, mas com um número ainda mais baixo (69 edições, 34 títulos). Sobre História Moderna, temos 160 edições e 100 títulos. Trabalhos de História Contemporânea são bem melhor representados, chegando a 225 edições e 167 títulos.

Obviamente, a História do Brasil é que reúne o maior número de publicações (cerca da 40% do total). A temática do Brasil Colônia tem cerca de 250 edições e 150 títulos, a do Brasil Império, 300 edições e 213 títulos e do Brasil Republicano 462 edições e 336 títulos.²¹

Quanto às publicações periódicas, houve um sensível crescimento das revistas de História e das que aceitam trabalhos de história para publicação. Embora sejam números aproximados, são expressivos: no final dos anos 70, José Roberto do Amaral Lapa conseguiu contar 37; em 1987, Sergio Nadalin acusa 55 títulos e em 1989 Fico e Polito indicam cerca de 70, e que, em 1995, já eram 90.

Apesar disto, existem muitos problemas para estas publicações: financiamentos irregulares, que prejudicam sua periodicidade ou decretam sua extinção; demora entre o recebimento e a publicação dos originais, descaracterizando o espírito de uma publicação científica em periódicos, que é sua rápida divulgação e o crônico problema da distribuição, em geral comum a todas as publicações acadêmicas.

Também não contávamos com uma indexação nacional para a área de história. Existem apenas os Sumários Correntes Brasileiros, do IBICT/CNPq, que possuem uma série mensal para Ciências Sociais e Humanas, englobando Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Lingüística, Letras e Artes.

Entre 1994 e 1999 um importante trabalho neste sentido vinha sendo realizado pelo Centro Nacional de Referência Historiográfica do Depto. de História da Universidade Federal de Ouro Preto, que com grande competência organizava e divulgava os *Indexadores*, a *Bibliografia Anual* e o *Repertório Semestral da produção historiográfica no Brasil*, tanto a publicada como a inédita (teses e dissertações de pós-graduação). Infelizmente, por efeito da crise de recursos que assola a universidade pública e gratuita no Brasil, esta iniciativa foi suspensa, estando privados os historiadores brasileiros de seu mais ágil e sistemático veículo de atualização.

Nos dois últimos anos, a ANPUH, o Fórum dos Coordenadores dos PPG em História e o Comitê da Avaliação da CAPES estão realizando o notável serviço de indexar e classificar essas publicações e colocá-las no "ranking" do programa QUALIS.

Finalmente, uma breve referência a enorme difusão que vem tendo no Brasil o uso da internet e do correio eletrônico não só para a divulgação da produção historiográfica, como para a comunicação, no sentido amplo, entre os historiadores. Praticamente todas as

²⁰FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil, *Anos 90*, (2). 1994. p. 113.

²¹FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto, UFOP, 1992. v.1.p. 134-135.

instituições, cursos, bibliotecas, arquivos, associações, publicações periódicas, etc. estão conectadas na rede e, embora em número bem mais reduzido seja o acesso eletrônico aos acervos, as infovias já constituem um importantíssimo instrumento auxiliar da produção historiográfica no Brasil.

Perspectivas e conjecturas sobre a historiografia brasileira

Não pretendo formular conclusões nesta exposição, pois acho que elas já foram se manifestando em cada item que analisei. Portanto quero apenas acrescentar uns poucos comentários sobre o que eu imagino possa ser o futuro próximo da nossa historiografia.

Devido à vitalidade que experimentam os cursos de pós-graduação, pode-se esperar que nos próximos anos continue de forma crescente o volume da produção historiográfica.

Vejo, no entanto, indícios de que mude a direção do olhar do historiador, por exemplo, para a América Latina. No caso do Brasil, talvez como resultado do Mercosul, se ampliem as relações com os demais países membros deste grupo e isto tenha algum efeito recíproco na produção historiográfica. Mas penso que a força da reflexão historiográfica européia, muito forte e as questões que estão em discussão são muito importantes para que haja uma alteração substancial a este respeito.

Quanto à qualidade da produção, ela dependerá dos caminhos pelos quais se dirimam os vários impasses e desafios que nossa historiografia enfrenta na atualidade. O grande divisor de águas penso que se situa na crítica à tradição epistemológica racionalista, pelos próprios limites que ela vem demonstrando para dar conta daquilo que rejeitou como conteúdos não racionais, fortuitos, subjetivos. Mas a historiografia crítica da razão também corre o risco de, no limite, submergir no relativismo e no irracionalismo completo, onde qualquer pretensão de verdade e objetividade é impossível, onde as evidências e aparências substituem o diálogo com a teoria.

Finalmente, e dependendo também de como se resolvam estes impasses, podemos nos perguntar que resposta darão os historiadores à pergunta “para que serve a história?” Uma possibilidade é que se atenda ao gosto do público por curiosidades, por temas “exóticos”, ingressando a historiografia decididamente na sociedade de consumo. Outra possibilidade é que a historiografia assuma sua vocação de consciência crítica sobre a experiência histórica de uma sociedade o que, afinal é seu único referente concreto, sua única advertência tangível, a única bússola no seu trajeto.

De qualquer forma, creio que muitos dos próximos anos serão ocupados com estes e outros temas, pois envolvem questões tão fundas que, gostemos ou não, não podem ser ignoradas ou resolvidas “ad hoc”. Por isso penso também – e concluo – que a profissão de historiador, se muito mal remunerada no Brasil, no mínimo não será aborrecida...

ABSTRACT: The article proposes an analysis of the Brazilian historical thought in recent years, considering the following basic questions: the widening of theme fields, most visible theoretical reflections and the use of new sources. It also examines other issues that characterize the historiographical production over the last decades, such as the regional history, the contradictory relations with Latin America, and the North American and European influences. On a production and circulation point of view, it deal with, respectively, the importance of graduate courses and the professional historians associations. The text raising possible perspectives for Brazilian historiography and a bibliography of references on the theme.

KEY-WORDS: Recent Brazilian historiography – Theories and themes of Brazilian historiography – Brazilianists.

Bibliografia anexa

ALMEIDA, Paulo Roberto. Os estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasilianista no pós-Segunda-Guerra. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro (27):31-61.2001.

ARRUDA, José J. e TENGARRINHA, José M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru/ São Paulo: EDUSC, 1999.

BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões, críticas e projeções. *Projeto História*. PUC São Paulo, (12)57-75.out.1995.

BEZERRA, Holien (Coord.) *Quem é quem na História. Pesquisadores e Pesquisa no Brasil*. Goiânia: CEGRAF, 1996.

CAPELATO, Maria Helena R. (Coord.). *Produção histórica no Brasil. 1985-1994. Catálogo de dissertações e teses dos Programas e Cursos de Pós-Graduação em História*. São Paulo: Xamã/ANPUH, 1995. (3 volumes).

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CENTRO Nacional de Referência Historiográfica do Departamento de História da UFOP. *Bibliografia Anual*. Mariana, Minas Gerais,(2), jan/dez. 1995.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Catálogo de dissertações e teses dos Cursos de Pós-Graduação em História (1973-1985)*. Florianópolis: Editora da UFISC, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Ciências Sociais, 1979.

ESTUDOS HISTÓRICOS. *Historiografia/ tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV) vol. 9, nº 17, 1996.

FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1991. v.1.

_____. *A História no Brasil (1980-1989). Séries de Dados*. Ouro Preto: UFOP, 1994. v.2.

FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. *Anos 90*. PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, (2):111-126. maio de 1994.

_____. Algumas notas sobre a historiografia da ditadura militar. *Estudos de História*. Franca (8) 1: 69-90. 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1978.

FRENCH, John e FORTES, Alexandre. *Urban labor history in twentieth century Brazil*. Albuquerque, N. M., The Latin American Institute/ The University of New Mexico, 1998.

GERTZ, René E. A História do Brasil na Alemanha. *Anos 90*. PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, (4): 87-101, dez. 1995.

_____. "Nova história" no Rio Grande do Sul. *Anais da XVI Reunião de Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba, 1996. p. 35-39.

_____. Produção historiográfica no Rio Grande do Sul na virada do milênio. *Revista da SBPH*, Curitiba (16):101-106. 1999.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS,1998.

IGLESIAS, Francisco. A propósito da Historiografia Brasileira. *Debate e Crítica*. São Paulo: HUCITEC,(5):119-126. março de 1975.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*. (A História em questão). Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Tendências atuais da historiografia brasileira*. Comunicação apresentada ao XI Simpósio Nacional de História/ ANPUH. João Pessoa, julho de 1981. (datilografada)

_____. Historiografia latino-americana contemporânea: problemática de suas tendências (um informe preliminar). *História*. São Paulo v.1, p. 7-19; 1982.

_____. *História e historiografia brasileira pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LONER, Beatriz Ana. A história operária no Rio Grande do Sul. *História Unisinos*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Número Especial, p. 53-79, julho-dezembro de 2001.

MARCHI, Euclides e outros. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH (25/26):133-141. set. 1992 - ago. 1993.

MICELI, Sérgio A. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré, 1990.

MORELLI, Ailton José. A criança e o "menor": pequeno balanço bibliográfico. *Diálogos*. Revista do Depto. de História da Universidade Estadual de Maringá(1): 83-98. 1997.

MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*. São Paulo: HUCITEC, (5): 1-26. março de 1975.

_____. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do "novo" e a crítica ao racionalismo. *LPH: Revista de História*. Depto. de História da UFOP. Mariana, 3 (1):108-126. 1992.

_____. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. IN: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. *Territórios do cotidiano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Edunisc, 1995. p. 49-66.

_____. Dez hipóteses (e algumas conjeturas) para o conhecimento histórico no próximo milênio. *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, (12): 42-58. dez. 1999.

_____. Tendências de la historiografia brasileña actual. IN: SOSA, Ignacio e CONNAUGHTON, Brian (Orgs.). *Historiografia latinoamericana contemporânea*. Mexico, Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos/ Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

_____. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. IN ARAÚJO, Angela C. *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997. p. 85-103.

PICCOLO, Helga I. L. Historiografia gaúcha. *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, (3): 43-59. maio de 1995.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX. Tramas, telas, textos* (Introdução). São Paulo: EDUSP/ EDUSC, 1999.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, (1.):121-143. maio de 1993.

_____. A "nova" historiografia brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, (11): 73-96. julho de 1999.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1957. 3 v.

_____. Os estudos brasileiros e os "brazilianists". *Revista de História*. São Paulo, 54 (107): 189-219. 1976.

_____. Os brazilianistas europeus. *Opinião*, 5-3-1976. p. 18-21.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas. Um repasse pela historiografia latino-americana recente, *Revista Brasileira de História*. ANPUH. São Paulo (21):227-240.set.1990-fev.1991.

_____. A história da família no Brasil. *Revista Brasileira de História*, ANPUH. São Paulo,(17):7-35. set.1988-fev. 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita e MATOS, M. Izilda de. *Gênero em debate. Trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. S. Paulo: Educ, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.

SOSA, Ignacio e CONNAUGHTON, Brian (Orgs.). *Historiografia latinoamericana contemporânea*. Mexico: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos/ Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

TUDO É HISTÓRIA. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: AUPHIB/Brasiliense (4), 1978.

WAINSTEIN, Barbara. “Essa não é a república dos meus sonhos”. Obstáculos históricos à democracia política e social no Brasil. *Revista Brasileira da História*. ANPUH, São Paulo (31-32), 1996